

RESENHA*Camila Pereira Lisboa¹*

MILL, Stuart. *Sobre a liberdade*. Tradução de Ari R. Tank Brito. São Paulo, Hedra, 2010. 208 p.

Não é porque os desejos dos homens são fortes que eles agem mal, é porque suas consciências são fracas. (Stuart Mill, 2010, p. 119)

“On liberty” é o nome da obra que pretendemos discutir. Escrita em 1859 pelo filósofo, político e economista britânico John Stuart Mill, o título instigante revela o desafio aceito pelo autor ao escrever um ensaio sobre o tema da liberdade – abrangente e de difícil definição. Tomamos como base a tradução de Ari Brito, publicada pela Editora Hedra em 2010 com o título “Sobre a Liberdade”.

O pensamento de Stuart Mill costuma ser localizado dentro da doutrina Utilitarista, sendo ele um dos grandes defensores do individualismo moderno. As palavras “utilitarista” e “individualista” podem conter uma conotação negativa à primeira vista. Entretanto, basta uma breve leitura do autor para entender a relevância de suas contribuições à compreensão do homem atual, e à proposta de um mundo onde este homem possa ser respeitado em suas potencialidades.

Durante todo o texto do livro, Mill propõe um questionamento sobre o que é a liberdade humana, e sobre quais são os seus limites – no âmbito social e individual. Em suas primeiras linhas, o autor já inicia esclarecendo que não pretende abordar a “Liberdade da Vontade”, mas sim a “Liberdade Civil ou Social”:

Uma questão dificilmente posta às claras e quase nunca discutida em termos gerais, mas que pela sua presença latente influencia profundamente as controvertidas práticas de nossa época, e que possivelmente logo se fará reconhecer como sendo a questão vital do futuro. (p. 37)

Mill se refere aos conflitos entre a “Liberdade” e a “Autoridade”, algo do qual se tem notícia desde a Antiguidade Clássica. Entre gregos, romanos e ingleses, a liberdade significava o limite imposto ao poder arbitrário dos governantes, justificando rebeliões

¹ Psicóloga, especialista e mestre em Psicologia Social UFMG.

que representavam o desejo geral do povo. No decorrer da história, a consolidação de governos democráticos pelo mundo criou a sensação de que o poder poderia ser concedido e revogado pelo povo em qualquer tempo, dependendo apenas de sua vontade e interesses. Porém, o nascimento de um governo popular gerou apenas uma outra forma de poder: descentralizado, distribuído em muitas mentes, difícil de ser controlado. Eis a “tirania da maioria”, “incluída entre os males contra os quais a sociedade precisa estar de sobreaviso” (p. 42).

A maioria dita as regras, e não apenas no campo político. São os costumes, hábitos, tradições, as normas e leis sociais, prescritas legalmente ou não, que governam as mentes e corpos dos indivíduos. Aqui, a situação é ainda mais grave do que o domínio dos governantes: a sociedade enquanto coletivo dificilmente pode ser combatida, pois seu poder é exercido por muitos, que escolhem (ou se resignam a) as regras que devem ser seguidas. Assim, qualquer individualidade que não esteja de acordo com os ditames sociais, é tratada como ilegítima e tende a ser fortemente combatida pela opinião pública. Em consequência, restam indivíduos subjugados aos ditames sociais, conformados com eles. Há também os heróis, gênios e excêntricos - alguns deles mártires - que traduzem o anseio humano de manifestar a sua originalidade individual.

A ideia central de Stuart Mill nessa obra é a de que “Sobre si mesmo, sobre seus próprios corpo e mente, o indivíduo é soberano” (p. 49). Exorta-se a liberdade individual, na defesa das preferências, gostos, ideias e opiniões de cada um. Cada sujeito teria o direito de expor o que considera mais significativo para si, sem retaliações sociais em decorrência de tal expressão de sua individualidade. O despotismo seria necessário apenas ao se lidar com povos bárbaros. O que o autor propõe é a criação de uma sociedade de pessoas conscientes sobre suas decisões e sobre o bem comum, dispensando, portanto, qualquer valor imposto ao homem, se não por ele mesmo. Seguem alguns dos novos princípios que descreveriam esse tipo de liberdade humana:

Primeiro, ela compreende o domínio inteiro da consciência, demandando liberdade de consciência. No domínio mais amplo, liberdade de pensamento e sentimento, liberdade absoluta de opinião em todos os assuntos, práticos ou especulativos, científicos, morais ou teológicos. (...) Em segundo lugar, o princípio requer liberdade de gosto e de inclinações, em podermos montar o nosso plano de vida de acordo com nossos próprios caracteres, em fazer como quisermos, sujeitos a consequências que poderão se seguir, sem

impedimentos de nossos pares, enquanto não lhes causarmos danos, mesmo que eles achem nossa conduta imbecil, pervertida ou errônea. Terceiro, desta liberdade de cada indivíduo advém a liberdade, dentro dos mesmos limites, da combinação entre indivíduos; a liberdade da união, para qualquer propósito que não envolva danos aos outros; as pessoas envolvidas sendo supostamente maiores de idade e não forçadas ou enganadas. (pp. 52-53)

Podemos perceber nesse trecho que a liberdade, para Mill, não é absoluta ou incondicionada. Ela possui um limite: o outro. A liberdade individual deve ser respeitada, entretanto respeitando as outras liberdades individuais, e sem acarretar prejuízos a outros. O autor também deposita no próprio sujeito a responsabilidade pelas consequências dos seus atos. Não cabe à sociedade impor quais as condutas mais corretas a serem seguidas, tampouco cabe a ela responder pelas consequências maléficas que os indivíduos obtenham em decorrência das suas escolhas. Atos que impossibilitam o bem comum ou que tragam danos a outros, numa sociedade de pessoas de fato conscientes sobre suas ações, são naturalmente rechaçados pela sociedade e são punidos judicialmente. Não uma punição baseada apenas nos costumes, mas na razão.

Ainda segundo Mill, um dos principais empecilhos para a prática da liberdade seria o desejo de poder. É pelo poder que impomos nossas ideias aos outros, privando-os de sua liberdade. Existe o desejo do poder social, onde tentativas de ostentar um *status* social superior faz com que o indivíduo imponha suas crenças e/ou as crenças do seu grupo aos demais. Existe também o desejo do poder individual, onde acreditamos que as nossas ideias são superiores às demais, que devem ser, portanto, silenciadas. Essa é uma das causas do que Mill chama de “presunção de infalibilidade”, a certeza de que o meu pensamento individual, ou o pensamento do meu grupo, é o mais correto e infalível.

“Todo silenciar da discussão é uma presunção de infalibilidade” (p. 59). Essa presunção carrega muitos males, para o indivíduo e para a sociedade como um todo. Isso porque as opiniões silenciadas podem ser aquelas que contêm a verdade. Uma minoria silenciada, em muitas situações, poderia apontar a verdade para uma maioria contaminada pelo costume. O exercício da interlocução é o terreno fértil para a aquisição da verdade, dificilmente alcançada por uma única opinião. Mesmo que o costume defenda ideias verdadeiras, elas apenas podem ser assim consideradas se foram submetidas à discussão, sustentando sua veracidade para além dos argumentos e do tempo.

O autor deposita uma grande importância na liberdade de pensamento e expressão. Qualquer tipo de evolução é possível apenas em sociedades que incitem a reflexão e questionamento por parte do seu povo. Essa é a base da evolução científica, da aquisição de novas descobertas e de uma evolução moral que promova o avançar de uma civilização.

Stuart Mill diz que, ao contrário, observamos uma intolerância geral, que se converte numa ignorância também generalizada. O critério para que se mantenha um pensamento ou um determinado hábito seria tão somente o costume de assim o fazer. Infelizmente, prevalecem

os conformados com os lugares-comuns ou servidores temporários da verdade, cujos argumentos sobre todos os grandes assuntos levam em conta somente os ouvintes, e não aqueles argumentos de que se convenceram de serem os verdadeiros. (p. 81)

Assim, são estabelecidas as verdades por conveniência, que eliminam qualquer “chance de equanimidade para todas as faces da verdade” (p. 102), ocasionando o atraso das sociedades e uma domesticação das mentes humanas.

Apesar de depositar no indivíduo a responsabilidade pelos seus atos, o livro discorre sobre algumas das grandes influências para o conformismo social, sendo uma delas a religião enquanto instituição. As religiões estão baseadas em dogmas, em crenças atestadas tão somente pela fé, não pela razão. O autor refere-se ao Cristianismo, em especial, como uma doutrina passiva e egoísta, que toma como base não os ensinamentos do Cristo, mas um corpo de doutrinas éticas do Velho Testamento que se converteram num sistema “em vários aspectos bárbaro, voltado para um povo bárbaro” (p.103). Adicionadas a elas, o Novo Testamento estaria repleto da moralidade pré-existente dos gregos e romanos, recomendações não de Cristo, mas dos apóstolos. Seriam, em suma, um protesto contra o paganismo.

Essencialmente, esta é uma doutrina de obediência passiva, que inculca a submissão a todas as autoridades constituídas, que não devem ser, é claro, obedecidas quando ordenarem que se faça algo que a religião proíba, mas contra as quais não se deve oferecer resistência, e muito menos rebelar-se, não importando a quantidade de males que cometam contra nós. (p. 105)

Os interditos religiosos estariam baseados na moralidade pela proibição, oferecendo poucas alternativas à discussão de seus preceitos. Onde quer que a verdade

seja silenciada pela proibição, qualquer forma de oposição está sujeita a preconceitos e retaliações.

As instituições religiosas que suprimem a liberdade de opinião e expressão, assim como outras instituições sociais que funcionam sob a mesma regra, estariam impedindo o bem-estar da humanidade. Isso porque elas transformam um dogma numa profissão de fé, ineficaz para o bem. São, portanto, contraditórias em si mesmas: propõem o bem e a verdade, mas suas práticas inibem “o crescimento de alguma convicção real e sinceramente sentida, vinda da razão ou da experiência pessoal” (p. 109). Não apenas existiriam consequências negativas para a sociedade, mas também para o indivíduo, fadado a sofrer possíveis punições sociais pela expressão de sua heresia.

Uma comunidade de livre expressão é aquela onde as religiões, ou outras formas de pensar tradicionais, podem ser escolhidas ou negadas, onde aqueles que antes compartilhavam das mesmas crenças têm a opção de deixar de fazer parte do grupo e mudar de interesses, sem represálias e tendo suas singularidades respeitadas. Ser religioso seria uma escolha, como tantas outras. Nesse sentido, Mill destaca que as faculdades que caracterizam um humano enquanto tal - a percepção, o sentimento discriminativo e a preferência moral - apenas podem ser exercitadas através da livre escolha. Todavia, “aquele que faz algo só porque assim é o costume, não faz uma escolha” (p. 117). Segundo o autor, a morte da liberdade é evidente pela falta de preferências individuais; em seu lugar, reina o conformismo – evidência da vitória da sociedade sobre o indivíduo. Ao invés de perguntarmo-nos sobre o que preferimos e o que combina mais com o nosso caráter e com a nossa disposição, perguntamos sobre o que é mais adequado para a nossa posição e, pior, o que é mais adequado a pessoas de posições superiores. Por fim, vigora não a liberdade, mas o já mencionado desejo de poder.

Nessa esfera, aqueles que se destacam pela sua originalidade são reprimidos. O autor explica que os verdadeiros gênios só podem respirar livremente num ambiente de liberdade. Sendo reprimidos, a sociedade deixa de se beneficiar de suas virtudes. Em geral, gênios são individualistas, posto que evidenciam sua originalidade para além das amarras sociais. Existem também outros personagens que fogem ao lugar-comum, sendo tratados como selvagens ou excêntricos. Eis um grande prejuízo ao livre desenvolvimento das mentes originais, aqueles que poderiam agregar elementos importantes ao mundo. Apesar disso, a originalidade não parece ser valorizada. Ao

invés dela, nos diz Mill, a mediocridade permanece como poder dominante da humanidade.

Ainda de acordo com a obra, um dos principais perigos em sua época (cabível ao século XXI) seria a ausência de ousadia em ser original. Ao invés disso, estamos submersos em modos de existência alheios a nós, ao “despotismo do costume” (p. 134), que nos impede de alcançar um autêntico “espírito de liberdade”, este responsável pelo progresso.

Se uma pessoa possui qualquer soma tolerável de senso comum e experiência, o seu próprio modo de abordar a sua existência é o melhor, não porque é o melhor em si mesmo, mas porque é o seu modo próprio. Os seres humanos não são como carneiros, e mesmo os carneiros não são indistintamente iguais. (p. 131)

O respeito à experiência individual conduziria ao progresso do próprio indivíduo, que utilizaria sua racionalidade a favor de escolhas que lhes fossem mais relevantes pessoalmente. Existiriam também benefícios para a sociedade: uma evolução contínua, baseada no progresso e na originalidade de seu povo. Ao invés disso, vivemos um “despotismo estacionário” (p. 135), o despotismo do costume que massacra a individualidade.

Alguns argumentos favoráveis a esse tipo de despotismo sugerem que a sociedade deve tutelar os seus membros, a favor de uma convivência pacífica e sem prejuízo mútuo. Entretanto, o que vemos é a multiplicação dos conflitos sociais – entre povos diferentes ou mesmo dentre um mesmo povo. Diferentes crenças justificam o preconceito e a violência, não assegurando a convivência pacífica. Os indivíduos são obrigados a aceitar a tutela, ou se conformam com o conforto que ela oferece, pagando em troca o preço alto que representa a sua liberdade.

Stuart Mill defende o direito à liberdade individual, exceto em se tratando de crianças ou outros sujeitos que não possuam condições de fazerem suas escolhas por si próprios. Apenas nesses casos, a tutela do Estado se justificaria, mas não eximindo a responsabilidade individual sobre eles. No caso das crianças, seus pais e familiares devem assumir a responsabilidade por uma boa educação, cabendo ao Estado apenas assegurar uma educação de qualidade àqueles sem familiares ou atingidos pela pobreza extrema.

A reprovação via moralidade e a punição pela justiça deveriam ser o resultado de uma avaliação racional de atos praticados (ou omitidos), cujos prejuízos afetaram outras pessoas. Os males causados a si mesmo, sem afetar outros, não deveriam ser passíveis de punição. Assim, a substituição da tutela do Estado pela liberdade e responsabilidade individual seria um estímulo ao exercício da racionalidade de sujeitos socialmente preocupados com o bem comum, não com a mera manutenção dos costumes.

Se a sociedade permite a um número considerável de seus membros crescerem como se fossem crianças, incapazes de agirem segundo uma consideração racional de motivos distantes, a sociedade só pode culpar a si própria pelas consequências. (p. 153)

Delegando aos próprios indivíduos as consequências pelos seus atos e escolhas, os indivíduos aprenderiam a responsabilizar-se por isso, escolhendo com cautela, de modo a não causar prejuízos alheios e respeitando seus próprios interesses. Isso valeria também para as relações comerciais, que deveriam regular a si mesmas, sem interferência governamental.

Percebe-se através desta obra que Stuart Mill deposita uma grande confiança na racionalidade individual e na capacidade de cada sujeito em fazer escolhas razoáveis, visando seu próprio bem e o bem comum. Diferente de práticas advindas de um governo paternal, o autor propõe uma educação com o intuito de formar o homem livre. Nesse sentido, não seria o Estado o principal responsável por ela, uma vez que “uma educação geral estatal é apenas um meio para se moldar as pessoas” (p. 189), conforme os interesses do poder dominante. Os pais deveriam ser livres para arranjar a educação onde e como achassem melhor para seus filhos, cuidando também de uma formação moral que cultivasse mentes livres e abertas para a diferença.

Com o apoio de Estados geridos por mentes livres e bem instruídas, o autoritarismo deixa de fazer sentido – tanto no que concerne à burocracia estatal, quanto no que tange às práticas sociais do cotidiano. Estados autoritários produzem mentes submissas, sufocando iniciativas que garantem progresso. Um Estado progressista é aquele que fornece condições para o livre exercício do pensamento e a escolha responsável por parte de cada um de seus membros daquilo o que eles julgam ser essencial a suas existências singulares. Vejamos como Stuart Mill sintetiza essas ideias e encerra a sua obra, com impactos profundos para o seu século, estendendo-se para os nossos dias, quase dois séculos depois.

O valor de um Estado, a longo prazo, é o valor dos indivíduos que o compõem, e o Estado que adia o interesse que seus integrantes têm na expansão e na elevação mental, em um pouco mais de capacidade administrativa, ou na coisa semelhante a essa última que a prática fornece, nos detalhes dos negócios, um Estado que diminui seus homens, para que estes sejam um instrumento mais dócil, mesmo que seja com bons propósitos – descobrirá que com homens pequenos nada de grande pode ser alcançado, e que a perfeição da maquinaria para a qual ele tudo sacrificou, no final não servirá para nada, por falta do poder vital que, para que a máquina pudesse funcionar sem percalços, o Estado preferir banir (p. 203).

SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES

O livro “Sobre a Liberdade” conduz o tema por múltiplos caminhos (organização social, religião, economia, política, dentre outros), fazendo-nos refletir sobre os limites e as possibilidades do indivíduo perante a multidão. Representa um apelo à defesa da expressão individual, perdida em meio à uniformidade imposta pelo coletivo. Alguns dos eixos de reflexão sugeridos por Mill são comuns às discussões propostas por diferentes correntes filosóficas – sejam elas utilitaristas, existencialistas, fenomenológicas ou tantas outras: liberdade, autenticidade, escolhas, responsabilidade. Isso mostra a inquietação que esses temas provocam durante distintas fases da história humana. Cada uma experimentou suas formas distintas de governos, organização econômica e social, todas elas com o desafio de estabelecer o justo equilíbrio entre as forças do Estado, da sociedade e do indivíduo.

As repercussões desse pensamento são igualmente diversas, não podendo ser esgotadas aqui. A defesa do poder individual perante a sociedade pode, aparentemente, advogar pelo estabelecimento de uma anarquia no pior sentido do termo: a imposição de interesses meramente individuais, em detrimento dos interesses da coletividade. Não parece ser isso que Mill defende nessa obra. Ao contrário, o livro pretende mostrar que, racionalmente, a expressão da originalidade individual e o respeito mútuo são a base para a evolução de qualquer sociedade, e da humanidade como um todo. É apenas através da livre expressão do pensamento, que uma sociedade é capaz de evoluir. Através do respeito por outros pensamentos e povos, todos se beneficiam.

O autor considera o grande desafio que se coloca a isso: o desejo pelo poder. É pelo exercício do poder individual sobre outra pessoa, ou pela tentativa de impor a

“soberania” de um povo sobre o outro, que a humanidade permanece estagnada em muitos aspectos. O desejo pelo poder ou a prática da submissão (voluntária ou involuntária), reprime ideias importantes para a evolução social.

Stuart Mill fala da importância de diferentes visões para que a “verdade” seja alcançada. Seja qual for essa verdade (e o nível de dificuldade/possibilidade de encontrá-la), a não liberdade de expressão aponta para o oposto: o recair nas “inverdades”. Quanto mais limitadora da liberdade individual for uma sociedade, maior a imposição de visões de mundo, em geral prescritas pelo grupo dominante na defesa de seus próprios interesses.

O que dizer então sobre as guerras e tantas outras barbáries ao longo da história, justificadas pela defesa apenas uma versão da verdade? As Cruzadas, o Nazismo, os assassinatos promovidos por Estados autoritários. Cada evento contém em si um jogo de interesses que extrapola o campo ideológico, mas que o utiliza como instrumento de persuasão para dar força a seus atos. Enquanto muitos atribuem a Hitler a responsabilidade por um dos maiores crimes cometidos contra a humanidade até então, deixa-se de analisar o importante fenômeno social ocorrido na época, no qual o nazismo ganhou adeptos em diferentes estratos da sociedade alemã. Para alguns nacionalistas alemães, a dizimação dos judeus era uma estratégia legítima em prol do desenvolvimento da Alemanha, humilhada e também ela devastada em vários sentidos no período da Primeira Guerra Mundial. Por razões igualmente ideológicas, Hitler é considerado o homicida da Segunda Guerra, e pouco se fala sobre presidente Harry Truman, que também coordenou a dizimação de milhares de vidas através da bomba atômica.

O livro defende, portanto, que o próprio indivíduo seja soberano no gerenciamento da liberdade de seu corpo e de sua mente, escolhendo ele próprio aquilo o que mais corresponde ao seu modo singular de viver, respeitando os limites impostos pela expressão das liberdades alheias. Com isso, o autor vislumbra um modelo diferente de sociedade, composta por indivíduos bem instruídos para o exercício da liberdade. Apenas desse modo, qualquer tipo de tutela seria dispensável. Stuart Mill não detalha as características da sociedade de sua época, mas apresenta um ideal de sociedade: aquela composta por sujeitos verdadeiramente conscientes sobre suas preferências e sobre as necessidades do coletivo.

Isso remete à necessidade de uma transformação social profunda, alicerçada principalmente numa educação de qualidade – livre e libertadora. Uma educação livre é

aquela que não privilegia princípios morais de grupos específicos, mas que incentiva a criatividade e a expressão da originalidade individual, ambas manifestas através de um pensamento questionador, mas também respeitoso de outras formas de expressão diferentes das suas. Um pensamento respeitoso não pela imposição de um princípio moral, mas pela consciência de a evolução do mesmo pensamento apenas é possível através da contribuição de muitas outras ideias, expressas por outros sujeitos. Essa é também uma educação libertadora, no sentido de iluminar indivíduos e sociedades através do exercício da crítica racional. Apenas assim eles poderiam caminhar rumo à libertação dos grilhões impostos pelas muitas normas sociais, pautadas em critérios de mera conveniência ou moralidade, em geral criada para manter o *status quo* de determinados grupos ou indivíduos.

Uma educação de qualidade seria essencial, portanto, para revelar as armadilhas das ditaduras morais – expressas ou veladas. Diante de suas imposições, muitos sujeitos se subjugam, sendo as sanções severas em muitos casos: desde a exclusão social através dos rótulos que os sujeitos originais recebem (“loucos”, “pervertidos” e afins), até a privação da liberdade de ir e vir ou a privação da própria vida. Muitos se subjugam pelo receio dessas sanções, muitos exercem sua subserviência consentida pelo mero costume de assim o fazer, não refletindo sobre as consequências perversas da manutenção de uma sociedade repressora. Tais reflexões capazes de reverter esse quadro são o resultado da educação para a liberdade.

A educação para a liberdade é necessariamente não alienadora (do indivíduo em relação a si mesmo e às necessidades do outro), não docilizadora. É uma educação questionadora, crítica em relação à verdade. É uma educação que preza pela verdade na construção do conhecimento, sabendo que ele apenas se expande enquanto fruto de muitas mentes, e no respeito à expressão de diferentes ideias e modos de viver. Stuart Mill propõe um tipo de individualismo onde os indivíduos alimentem a consciência de que apenas podem evoluir enquanto tal, se evoluírem conjuntamente.

“Sobre a Liberdade” representa, sem dúvidas, uma obra que pretende problematizar lugares comuns do pensamento humano. Ela representa em si mesma uma expressão original que busca instigar a crítica sobre o que estamos sendo e o que poderíamos realizar na integração entre indivíduo e sociedade.